

Mônica Pereira
dos Santos

¹Pesquisadora e Professora do Curso de
Psicopedagogia Diferencial: Diferenças na
Aprendizagem, PUC-Rio.

Educação Especial, inclusão e globalização: Algumas reflexões

Introdução

Nas duas últimas décadas tem sido possível verificar o uso cada vez mais freqüente de conceitos como “globalização”, “mercados comuns”, “organização transnacional”, “integração” e “Cidadanias”. Ainda que as origens de pelo menos alguns desses termos possam ser historicamente traçadas até bem antes de duas décadas atrás, as conotações que assumem hoje, e o momento histórico-político que os caracterizam lhes atribuem uma significação particular bastante relacionada ao presente.

Este artigo pretende refletir sobre alguns pontos que expressem de que forma esses conceitos se refletem na educação das pessoas portadoras de deficiências em especial no que diz respeito ao movimento pela inclusão (social e educacional) dessas pessoas.

Pretendo iniciá-lo realizando uma análise do conceito de **globalização**, do qual procu-

rarei extrair as idéias que predominantemente trazem, ao meu ver, implicações à Educação Especial. Em seguida, relembro o leitor sobre momentos históricos em que prevaleceram diferentes tendências, orientações e diretrizes para a **Educação Especial**, desde o momento da compaixão ao da **inclusão**. Por fim, retomo a discussão sobre a **globalização**, contrapondo-a com a principal orientação atualmente proposta em Educação Especial, a da inclusão, na tentativa de extrair alguns pontos convergentes e divergentes na relação entre ambos os assuntos. O artigo é concluído com uma alusão ao papel estratégico da educação no que diz respeito aos possíveis impactos que tais convergências e divergências podem trazer ao movimento pela inclusão das pessoas portadoras de deficiências.

Globalização

Apesar dos inúmeros escritos a respeito do tema, pouco

pode-se afirmar ainda a respeito de uma uniformidade teórica sobre a globalização. Os textos são, no mínimo, apaixonados: fervorosamente a favor ou contra. O que se verifica com clareza é uma grande dificuldade de uma definição consensual sobre o termo. Sabe-se o que se espera que ela seja, mas não se sabe ainda com certeza, tudo o que ela de fato representa. Se há um consenso claramente identificável na literatura, este é o de que a globalização já está aí, para ninguém ter dúvidas. Como uma febre, a palavra globalização parece hoje estar incorporada aos discursos e aceita de forma geral. Ainda que nem sempre consensualmente definida ou aplicada, a palavra globalização parece percorrer todos os espaços, todas as relações, todas as comunidades, sociedades, países; enfim, o mundo.

Em que pese o uso ainda difuso e não consensual do termo, uma revisão na literatura torna possível identificar dois tipos mais comuns de seu

uso. Ora ele parece ser visto como um conceito refletindo as mudanças atuais e apropriado pelo discurso político de algumas ideologias (como por exemplo a do neo-liberalismo), ora ele parece ser visto como um processo em si, decorrente do rumo histórico da humanidade ao final do presente século, em consequência do acirramento e aceitação geral dos ideais democráticos

Sem querer negar que a apropriação ideológica exista ou possa existir, partirei do segundo tipo de uso levantado acima, o de um processo em si, na medida em que o que se observa é que o fenômeno globalização é fato; se não consumado, pelo menos sendo consumido.

Entendo, portanto, a globalização como um termo geral que reflete a concretização de vários aspectos, por vezes contraditórios, já em andamento nas sociedades de hoje, tanto as mais industrializadas (já de forma mais concreta) quanto as em desenvolvimento (muitas vezes ainda apenas em termos de intenção ou de desejo). Vejamos alguns destes aspectos, que considero mais marcantes e possivelmente de relevância imediata à Educação Especial

● O avanço tecnológico e das comunicações

Sem sombra de dúvida, estes constituem os aspectos mais visíveis e concretos da globalização. Da Era do Rádio à atual informatização de praticamente todos os serviços dos principais setores domésticos, empresariais e governamentais, do XIV Bis ao Concor-

de, temos hoje uma facilidade muito maior, em tempo real e em tempo virtual, de acesso à informação, em comparação com o que tínhamos disponível no início do século. As consequências aí implícitas são inúmeras. Em consequência da Internet, por exemplo, podemos, virtualmente, estar em dois lugares ao mesmo tempo. Se, por um lado, nos é possível estar muito mais próximos de lugares e pessoas distantes sem sairmos do lugar, a exposição excessiva à informação provocou, por outro lado, a necessidade de uma reconceitualização do trabalho, que por sua vez trouxe novos paradigmas à educação.

Mello (1993), por exemplo, pontua:

A aceleração da automação e a disseminação dos instrumentos de informação e comunicação afetam (...) a concepção dos bens e serviços, as relações e formas de gerenciamento do trabalho. Estas apontam para (...) atividades integradas, realizadas em equipe ou individualmente, que exigem visão do conjunto, autonomia, iniciativa, capacidade de resolver problemas, flexibilidade (p.33)

A autora continua:

Essas novas exigências do processo produtivo remetem para a escola a responsabilidade de propiciar um sólido domínio dos códigos instrumentais da Linguagem, da Matemática e dos

conteúdos científicos. Critica-se, neste sentido, a concepção de currículos que incluem uma grande diversidade de conteúdos pouco aprofundados e discute-se a necessidade de uma volta às disciplinas básicas (...) cujo tratamento propicie, mais que o domínio de informações específicas, a formação de habilidades cognitivas tais como: compreensão, pensamento analítico e abstrato, flexibilidade de raciocínio para entender situações novas e solucionar problemas (p.33-34).

É claro que não devemos negar o valor positivo de todas essas mudanças. A própria Educação (e também a "Especial") tem se servido destes aspectos, com a utilização de computadores, por exemplo, como auxiliares no processo ensino-aprendizagem, ou como monitores de verdadeiros milagres no campo da reabilitação, possibilitando a comunicação àqueles que jamais se comunicaram. Ou ainda, possibilitando a aprendizagem lúdica de vários conteúdos curriculares, que antes pudessem se apresentar como descontextualizados a alguns estudantes. Tudo isso e muito mais representam, avanços positivos, com repercussões importantes ao desenvolvimento humano.

O problema pode existir quando tais avanços também representam uma "necessidade" de geração de pessoas que possam servir de retroa-

limentadores de uma outra faceta da globalização: a **que exclui, segrega e mantém relações de desigualdade**, como **pode acontecer** ao considerarmos o tópico a seguir.

● O novo perfil do trabalhador

Em outras palavras, se antes priorizávamos o profissional altamente especializado e tecnicamente pronto e qualificado em uma ou poucas áreas, hoje priorizamos o multiprofissional; aquele com uma base sólida de conhecimentos básicos, e acima de tudo capaz de absorver, processar e repassar, com a rapidez que as freqüentes mudanças e avanços que o mundo

ção é o mandamento principal desse processo o mais ágil engole o mais lento e não há muito o que se possa fazer (...) Cutucadas pela concorrência internacional causada pela abertura econômica, as empresas brasileiras modernizam-se a passo de ganso. Precisam sobreviver à invasão de produtos asiáticos, americanos, argentinos. Precisam também competir no mercado internacional. Faz parte deste esforço de sobrevivência exigir mais, muito mais da mão-de-obra que empregam. (p. 116)

Além destes aspectos, a aceitação do mundo como um grande mercado, gera também a competitividade...

global impõe, novas informações e conhecimentos sobre praticamente quase *tudo o que se passa*, às custas de se ficar para trás na corrida pelo trabalho. O trecho abaixo, extraído de uma reportagem da revista Veja (04/12/96), reflete claramente esta colocação:

O mercado de trabalho não é mais o mesmo, esse é o fenômeno. Num cenário em que há mais candidatos do que vagas disponíveis, ele foi dominado por um Darwinismo econômico em sua concepção mais avançada. Competi-

Além destes aspectos, a aceitação do mundo como um grande mercado, gera também a competitividade e a "necessidade" de adoção de termos como: qualidade, competência e eficiência como palavras de ordem das agendas políticas, econômicas e sociais (incluindo-se a educação) de todas as nações. Estas palavras tornam-se termos de referência através dos quais os atos governamentais e nacionais se expressam: todos querem globalizar, mas com um "nivelamento por cima", ou

seja: dentro de padrões que não mais permitam as injustiças que se verificam em vários Estados, e, sem perder o padrão que se verifica nos Estados considerados mais avançados. Surge assim a educação (e a conseqüente formação de mão-de-obra) como um fator de promoção, ou ainda, de formação, de indivíduos que poderão manter o nivelamento desejado, na medida em que estarão aptos a serem cada vez mais criativos e articulados social e politicamente de forma tal que todas estas redes múltiplas de relações e causas-efeitos discutidas acima se mantenha em duas direções: assegurando que suas próprias nações estejam em condições desejáveis de sobrevivência, ao mesmo tempo em que não esquecendo esta perspectiva mais sistêmica que as coloca como parte ativas e integrantes de um interrelacionado e bem mais complexo.

● Estabelecimento de mercados econômicos transnacionais

Este aspecto se origina, entre outras coisas, da mundialização do capital, que, conforme alguns autores colocam, ficou mais patente especialmente após o término da divisão mundial entre blocos socialista e capitalista. A mundialização do capital explica-se, nos dizeres de Rattner (1995, p. 25) pela "democratização do capital", surgida em meados deste século, como

estratégia criada pelas grandes empresas americanas para diminuir o ressentimento da opinião pública sobre a concentração excessiva do capital nas mãos dos empregadores.

O capital, assim, passou a ser disperso entre acionistas, o que terminou por facilitar o controle exercido por blocos de empresários (grandes conglomerados empresariais), através de seus grupos financeiros encarregados de movimentar dólares em formas de moedas, ações, e "commodities". Por sua vez, este aspecto gerou um potencial enfraquecimento na autonomia dos Estados (Rattner, 1995), na medida em que, com a mundialização do capital os Estados passam a ter certa dificuldade de controle sobre o paradeiro deste mesmo capital. Daí o surgimento de alianças dos Estados em comunidades Estatais. Estas alianças surgem com dois propósitos. Um, como forma de assegurar a referida autonomia sobre o capital mundializado, pelo menos no que diz respeito às suas políticas de taxaço de impostos e circulação. Outro, como uma forma de promover ajuda e assegurar a interdependência entre estas nações, assegurando, assim um mercado mínimo de transações para cada Estado.

A lógica que parece perpassar estes acontecimentos seria a seguinte: dado que o capital tem sido cada vez mais

mundializado e que no final das contas o mercado é um só, pelo menos em teoria, e dada a conscientização de que a interdependência é geral, na medida em que as coisas se refletem globalmente, não tem sentido a falência de nenhum Estado. Portanto, unamo-nos em Comunidades de Mercados Comuns, para assegurar a continuidade de nossa existência (estatal), dentro desta nova "filosofia" (mercadológica). Por outro lado, o fortalecimento de um bloco, principalmente em termos econômicos, implica essencialmente, o enfraquecimento de outro. Se utilizarmos um referencial materialista-dialético de análise para este aspecto, percebemos que a tendência é a de enfraquecimento de quem já está fraco, e de fortalecimento de quem já está forte. A diferença é que hoje esta desigualdade se materializa tanto de uma forma muito mais diluída: em termos dos recursos que ele gera e reproduz, dos quais os principais são a tecnologia e a informação. Como em nosso momento histórico vivemos a Era da Tecnologia e das Comunicações, pode-se inferir que os que detêm o acesso ao saber e à informação detêm também o poder de gerá-los em primeira mão, o que os coloca, sem sombra de dúvida, em posição de vantagem.

● Necessidade de uma nova ética

Ao mesmo tempo em que os avanços tecnológicos se ampliam, consequências inevi-

táveis ao ecossistema se tornam perceptíveis. Velhos problemas ressurgem com outras colorações, e novos problemas se colocam. O que antes parecia ser apenas um grande avanço, passa, hoje, a gerar consequências imprevistas, que se refletem por todo o Globo. O ser humano deve passar por uma revisão destes aspectos, para que se preserve a "aldeia global" em seu sentido ecológico, e conseqüentemente à própria humanidade. Uma visão sistêmica do homem e seu meio como partes integrantes de um todo mais complexo torna-se quase que "naturalmente" aceita. O reconhecimento de uma interrelação entre seres e coisas se torna praticamente inevitável.

Aqui, uma vez mais, a educação retorna com um papel fundamental, de formar este ser humano com esta visão global de si mesmo, num sentido ecossistêmico. A provisão de serviços em Educação Especial cresce em importância dentro de um enfoque integracionista, na medida em que ela corresponde à uma perspectiva ecossistêmica em que se admite a interdependência dos seres, o que por sua vez origina-se no mesmo ideário humanista que fundamentou os princípios integracionistas, quais sejam: as idéias de que todos possuem igual valor, e portanto, direitos iguais.

● Necessidade de solidariedade entre povos e nações

O reconhecimento dos aspectos acima permite um outro reconhecimento: o de que o que afeta um, neste mundo de todos, afeta a todos. Assim, mais solidariedade, por oposição a guerras e conflitos, torna-se o desejo coletivo expresso nos discursos oficiais, ainda que não necessariamente na realidade observável. O entendimento de que, a médio e longo prazos, o que acontece com um país ou nação traz conseqüências a outros países ou nações tem chamado cada vez mais a atenção do ser humano para a importância do reconhecimento e respeito às diferenças individuais e diversidades histórico-culturais. O respeito aí implicando numa ética com vistas à busca de um espaço de coexistência, ainda que para isso um momento inicial se vislumbre apenas no sentido de uma tolerância a tais diferenças e diversidades.

● Quebra do mito da independência

Em função dos aspectos discutidos acima, o ser humano necessita se dar conta da idéia de que há uma interdependência geral entre todos, e que o sucesso da busca de um espaço em que diversidades coexistam, bem como a continuidade de um mundo que pertence a estes seres em suas diversidades, dependem, pelo menos em parte, do en-

tendimento de que em certos momentos uns dependerão de ajuda mais do que outros, e que cabe a esses outros, em função dessa idéia de um sistema global, prover essa ajuda.

Estas seriam grosso modo, os principais aspectos da globalização que, na minha ótica, trazem conseqüências imediatas aos portadores de

que a regem e/ou orientam².

A partir da segunda metade e no final deste século, a concepção dos portadores de deficiências adquiriu uma perspectiva de cidadania, em parte inspirada nos ideais humanistas, que acirram as lutas dos **movimentos pelos direitos humanos** das minorias excluídas, e em parte inspirada pelos avanços das pesquisas médicas e educacionais, que ampliam o conhecimento sobre os potenciais educativos e de participação social dos portadores de deficiências.

... a educação retorna com um papel fundamental, de formar este ser humano com esta visão global de si mesmo, num sentido ecossistêmico. A provisão de serviços em Educação Especial cresce em importância dentro de um enfoque integracionista.

deficiências e ao seu processo de integração. Vejamos em que momento a Educação Especial se encontra hoje, a fim de traçarmos um paralelo com a questão da globalização.

Educação Especial

Para que seja possível relacionar os aspectos levantados sobre a globalização e a Educação Especial, parece-me importante situar o atual momento em que se encontra a Educação Especial; pelo menos em termos dos princípios

Com tal perspectiva, pelo menos em teoria, esses indivíduos são vislumbrados em seus papéis sócio-políticos, que lhes reserva lugares de agentes e decisores de seus próprios processos históricos, políticos e sociais. Esta nova inscrição conceitual adquire dimensões internacionais. Com a Declaração Mundial dos Direitos Humanos (1948), assegurando o direito de **todos** à educação oficializa-se a obrigatoriedade de provisão educacional para os portadores de deficiências e outras

² A história da Educação Especial até o presente momento tem sido exaustivamente discutida por diferentes autores, não nos cabendo aqui, portanto, uma análise extensa sobre o assunto. Para maiores referências, o leitor pode consultar, entre outros, os seguintes autores: Ferreira, 1994; Jannuzzi, 1985; Mazzotta 1982; Novaes et alii, 1980; Not, 1983.

minorias excluídas.

Na maioria dos países envolvidos com tais ideais, as décadas de 60 e 70 do presente século presenciaram o questionamento de uma forma paralela (segregada) de ensino, e o fortalecimento do princípio da inclusão no seu sentido político (e não apenas de uma integração social meramente embasada no contato com outros) de cidadania tomará força. As pesquisas em educação começam não apenas a questionar a validade de uma educação oferecida apenas em instituições segregadas, como também a buscar subsídios que comprovem sua ineficácia educacional (nos sentidos da qualidade dos programas curriculares e da formação de cidadãos) e suas desvantagens na relação custo-benefício.

A clientela da Educação Especial deixará de sê-lo, para constituir-se em alunado. Neste processo, há uma redefinição dos objetivos da Educação Especial. Agora ela não é mais tomada como sinônimo das Instituições Especiais de Ensino, mas sim como parte integrante da Educação que deve ser oferecida a todos. Tal deve sê-lo preferencialmente nos estabelecimentos regulares de ensino, e independentemente de raça, credo religioso, habilidades, capacidades, escolhas sexuais, etc. Desta maneira, a Educação Especial tanto pode acontecer numa instituição especial como num estabelecimento regular de ensino. Da mesma

forma, aqueles a quem ela poderá ser oferecida deixam de ser somente os portadores de deficiências para incluir todos aqueles que até hoje tenham sido excluídos dos sistemas educacionais, independentemente dos motivos de tal exclusão.

É possível resumir a máxima da Educação Especial hoje a partir dos termos do próprio

A partir da segunda metade e no final deste século, a concepção dos portadores de deficiências adquiriu uma perspectiva de cidadania, em parte inspirada nos ideais humanistas.

documento internacional que se propõe a defini-la e orientá-la: o Relatório Final sobre a Conferência Mundial sobre Educação Especial - Acesso e Qualidade. Na página 15 da versão inglesa desse documento, pode-se ver que o conceito de "necessidades educacionais especiais" passará a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas

ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerras ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja. Esta ampliação do conceito de necessidades educacionais especiais se apresenta bastante condizente com uma perspectiva humanista, e neste sentido se afina com o lado humanista da Globalização. Por outro lado, há riscos sé-

rios de provisão e de comprometimento de ideais se a Globalização adquire meramente o caráter mercadológico discutido anteriormente. Senão vejamos.

Globalização e Educação Especial

Mas afinal, onde Globalização e Educação Especial se encontram? Onde divergem?

Algumas relações já foram esboçadas em alguns dos tópicos discutidos acima. Mas ainda restam considerações a fazer. Estas considerações, na verdade, poderiam ser

infundáveis. Mas há que se priorizar pontos, para que não se caia no imobilismo que tais considerações possam sugerir. Um caminho útil de chegada a uma possível resposta pode ser buscado recorrendo-se à definição de Inclusão proposta no Relatório acima mencionado.

Na proposta das Linhas de Ação do Relatório (item 7 e 8, p. 61), pode-se ler, no tópico "Um Novo Pensar em Educa-

anças de uma comunidade (item 6, p. 61)

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de

Mas afinal, onde Globalização e Educação Especial se encontram? Onde divergem?

ção Especial" o seguinte:

(...) Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração das crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as cri-

recursos e parcerias com a comunidade (...) Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...)

No meu entender, é possível extrair dos trechos acima várias palavras-chaves que podem ser verificadas tanto nos textos sobre Globalização, como nos de Educação Especial. Estas palavras seriam: "inclusão", "participação", "cida-

dania" "equalização de oportunidades", "eficácia", "acomodação de estilos e ritmos diferentes de aprendizagem", "currículo apropriado", "educação de qualidade" e "responder às diversidades". Na medida em que tais palavras se fundamentam na filosofia humanista, e na medida em que o foco primeiro de uso e aplicação das mesmas fosse, a exemplo do que foi discutido na primeira parte deste artigo, num sentido ecológico e ecossistêmico, de preservação do mundo e do homem nesse mundo, de uma ética solidária que partisse do reconhecimento, mas acima de tudo do respeito às diferenças culturais e individuais, sem atribuir valores a essas diferenças, nesta medida, e somente nessa medida é que vejo possível o encontro entre Globalização e Educação Especial como ela se encontra hoje.

Por sua vez, essas mesmas palavras me fazem ficar apreensiva e pensativa sobre se tal aproximação é mesmo possível, na medida em que seu foco primeiro de uso e aplicação se desse em função de fatores político-partidários e econômicos. Neste sentido, elas adquirem outros significados e, o que é pior: quase que inevitáveis, já que a questão da democratização do capital discutida acima continue sendo

o fato consumado que parece estar sendo.

Me refiro ao risco de que a derrocada do mito da independência incorra na aceitação de que umas sociedades devam “necessariamente” depender de outras. *Este tipo* de pensar pode levar a uma continuidade de atitudes paternalistas, assistencialistas, uma vez mais calcadas na pena e na compaixão das sociedades que “podem mais” pelas que “podem menos”. Com isto, podemos esquecer facilmente que “poder mais” e “poder menos” têm sido verbos construídos historicamente, pelos homens divididos em sociedades que assim decidem classificar o mundo. E, podemos ainda nos esquecer de que tal classificação, sendo uma construção social (e não um dado natural), é da ordem política e mantém, produz e/ou reproduz relações em que haverá sempre o bem e o mal, o melhor e o pior, o normal e o anormal, padrões de valores que, enfim, têm como resultado último continuar com um processo de exclusão. Esta mesma analogia pode ser transferida para indivíduos e grupos dentro de uma mesma sociedade, recaindo, conseqüentemente, sobre os grupos considerados como “as minorias”, entre os quais encontram-se os portadores de

deficiências.

Refiro-me também aos riscos de que a educação qualitativa seja definida em termos de produção de seres com altas capacidades com vistas apenas à formação de sociedades em condições de competição nos mercados. Aqui, a relação para com o alunado da Educação Especial fica mais clara. Se a qualidade se der no sentido acima colocado, seu foco recairá sobre a questão do rendimento do aluno e a questão que a meu ver se apresenta como realmente relevante a um mundo que se pretende globalizante num sentido humanista, se perde. Ou seja: os padrões de sucesso escolar se definirão pelo quanto os alunos possam fazer, dentro de padrões pré-determinados sobre o que seja necessário a uma sociedade que se pretenda competidora em mercados econômicos. E a questão do processo educacional propriamente dito, a questão de se considerá-lo como formador de uma sociedade e não como tendo que perpetuar sociedades ditadas pelas regras excludentes de uma perspectiva meramente econômica enfim, a questão de se ver a educação em termos do oferecimento de um currículo (e de uma conseqüente formação de profissionais do ensino que assim a percebam) rico, que focalize sua atenção sobre o que os alunos já trazem consigo, valorizando assim suas experiências e vida ao invés de focalizar no que a sociedade mercadológica dite que eles

devam ainda fazer ou aprender, essas questões também ficam perdidas.

Refiro-me, ainda, ao risco de que aceitemos incondicionalmente a lei de Darwin como verdade. Se partimos do princípio de que há os mais fortes e os mais fracos e que “é natural que assim o seja”, desresponsabilizamo-nos de promover qualquer transformação. E, neste sentido, todo o humanismo em que nos baseamos até hoje para chegar aonde chegamos em termos de lutas políticas pela igualdade de valores, também fica sem sentido. Toda educação servirá apenas para fortalecer os mais fortes e enfraquecer os mais fracos, por mais que o discurso aparente diga o contrário.

Assim como os riscos assinalados acima, haveria muitos outros a levantar. Mas não tenhamos a pretensão de esgotá-los num simples artigo, utilizemos os levantados aqui como ponto de partida para uma reflexão. O que os três têm em comum refere-se à idéia de que, nestes casos, a educação (inclusive a “Especial”), para os países já em desvantagem será apenas uma ilusão remediativa. Ilusão porque os riscos que acabo de apontar (e certamente eles não se esgotam aí) implicam num determinismo (de que uns são

menos independentes, menos capazes, menos qualificados, menos fortes) que pode fazer com que facilmente esqueçamos que tais "desvantagens" incorrem na dominância de uns sobre outros e que tal dominância é sempre vantajosa para quem já está em vantagem.

Se, como educadores, perdemos nosso olhar crítico sobre estas questões, a educação perde seu papel de formadora dos novos homens críticos,

inteligentes, capazes e etc, mas também solidários e, acima de tudo, humanos, portanto capazes de desafiar a si mesmos neste papel de mantenedores e reprodutores destas relações de desigualdade, e conseqüentemente criarem para si o desafio de subvertê-las e revertê-las. Em outras palavras, para que seja possível o encontro entre a Globalização e a Educação Especial (esta vista em seu paradigma atual, da Inclusão) teria que haver, primeiramente, a predominância do fundamento humanista na

Globalização. Este fundamento só pode ser garantido através de uma educação que nunca se desvie de seu papel de formadora de homens e sociedades que sempre questionem padrões impostos. Uma educação que gere seres que problematizem, por exemplo, a seguinte questão: Por que a competitividade (e a capacidade para ser competitivo) é que tem que ser um carro chefe do mundo global? De onde vem essa idéia? E até aonde ela será retro-alimentada?

Referências Bibliográficas

FERREIRA, J.R. (1994) A Exclusão da Diferença. Piracicaba, UNIMEP.

IANNI, Octavio (1996) A Era do Globalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

JANNUZZI, Gilberta (1985) A Luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil, São Paulo, Cortez.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira (1982) Fundamentos de Educação Especial. São Paulo,

Pioneira.

MELLO, Guiomar Namó de (1996) Cidadania e Competitividade: Desafios Educacionais do Terceiro Milênio. São Paulo, Cortez.

NASCIMENTO, Antenor & FERREIRA, Roger. O Funil Estreitou. Veja, 04 de dezembro de 1996. Pp. 117-122

NOT, Louis. (1983) Educação dos Deficientes Mentais. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

PEREIRA, Olívia (org.) (1980.) Educação Especial: Atuais Desafios. Rio de Janeiro, Interamericana.

RATTNER, Henrique. Globalização – em direção “um mundo só”? Em aberto, nº 65., jan/mar., 1995. Pp. 19-30.

UNESCO/Ministry of Education and Culture (1994) Final Report: World Conference on Special Needs Education: Access and Quality. Salamanca, Spain, June 1994.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS E SITES DA INTERNET:
Bloodstorm@geocities.com
Info@carioca.br
Jtarde@estado.com.br
Bhvirtwww.bhvirtual.com